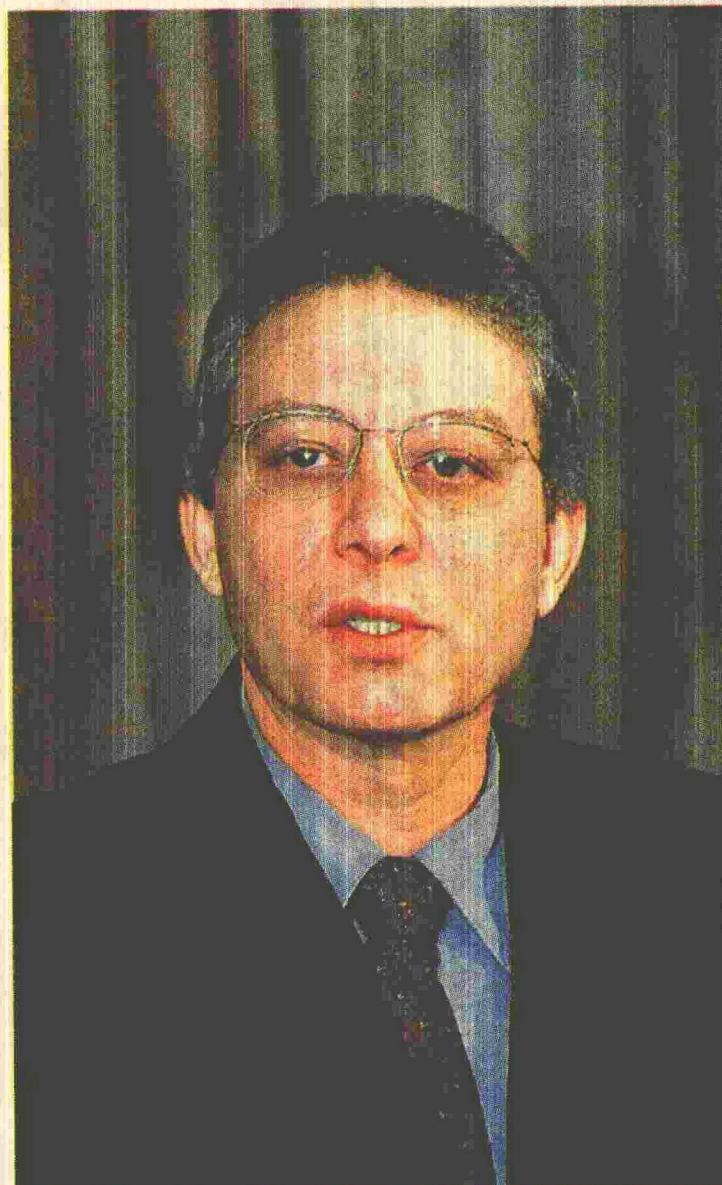


Economia Brasil

Aperto fiscal de Lula bate recorde

Superávit primário supera meta de economia de gastos acertada com o FMI

ROBERTO BARROSO/ABR



Altamir Lopes: resultado em linha com responsabilidade fiscal

ENTENDA OS REFLEXOS DOS NÚMEROS

■ Apesar de ser um bom indicador fiscal e uma notícia a ser festejada pelo mercado financeiro, o superávit primário recorde de R\$ 10,282 bilhões, registrado pelo setor público em março e divulgado ontem pelo Banco Central, contribui para manter a economia brasileira estagnada e para o aumento do nível de desemprego

■ O superávit primário representa as receitas da União, estados e municípios, descontadas suas despesas, com exceção dos gastos com juros

■ O resultado de março agrada ao mercado financeiro porque os R\$ 10,282 bilhões economizados são a garantia de que o País terá dinheiro para honrar o pagamento de juros, impedindo assim a explosão da dívida pública, como temiam bancos de investimentos estrangeiros que chegaram a sugerir que os investidores reduzissem suas aplicações no Brasil

■ No entanto, agradar ao mercado financeiro e cumprir e até mesmo superar a meta de superávit acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI), de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB), também têm um lado negativo a ser pago por toda a sociedade brasileira

■ Isso porque o dinheiro arrecadado com impostos e que foi economizado para o pagamento de juros está deixando de ser investido em obras públicas ou projetos sociais, que poderiam ajudar a reativar a economia ou contribuir para a geração de empregos no País

■ A divulgação do indicador de superávit primário ocorreu um dia após o anúncio do aumento do desemprego em São Paulo, que atingiu a taxa recorde de 20,6%, o equivalente a dois milhões de pessoas desempregadas

■ Ou seja, a redução da fome e da pobreza, estabelecida como a prioridade do governo Lula, fica mais distante com superávits primários recordes, pelo menos no curto prazo

■ O governo, no entanto, aposta que, no longo prazo, um superávit dessa magnitude contribua para que estrangeiros apostem no Brasil, tragam investimentos e ajudem no desenvolvimento do País

Em meio às críticas que vem recebendo pela incapacidade administrativa de investir em programas prioritários, como geração de empregos, saneamento, reforma agrária e outros programas sociais, o governo anunciou ontem um superávit primário recorde de R\$ 10,28 bilhões nas contas de março do setor público (União, estados, municípios e empresas estatais).

Foi o maior superávit mensal desde 1991, quando o Banco Central (BC) começou a contabilizar esse indicador, que mostra quanto os governos conseguem economizar para pagar juros e controlar o crescimento da dívida pública.

Nos três primeiros meses do ano, o superávit acumulado do setor público já chega a R\$ 20,52 bilhões, cifra equivalente a 5,41% do Produto Interno Bruto (PIB) estimado para o período. Isso representou uma folga de R\$ 6 bilhões em relação à meta de R\$ 14,5 bilhões acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para o trimestre.

"Essa margem de R\$ 6 bilhões favorece o cumprimento da meta estabelecida para o ano todo, de 4,25% do PIB", disse o chefe do Departamento Econômico (Depec)

do BC, Altamir Lopes.

O aperto fiscal histórico promovido pelo governo Lula ajuda a equipe econômica a reforçar o seu compromisso com a responsabilidade fiscal, que vinha sendo colocada em dúvida por analistas financeiros, num momento em que o governo sofre pressões por maiores gastos. "Esse resultado vem em linha com o objetivo de responsabilidade fiscal", disse Lopes.

O resultado recorde deve-se também ao forte aumento das receitas, puxado principalmente pelos efeitos da nova forma de cobrança da Cofins.

A economia foi suficiente para pagar as despesas de R\$ 10,20 bilhões com juros no mês e ainda sobraram R\$ 75 milhões. Ou seja, o setor público teve superávit nominal nas suas contas em março, situação que não ocorria desde abril de 2003. Com essa melhora, houve condições para a redução da dívida líquida do setor público, que caiu de 58,2% para 57,4% do PIB, menor nível desde dezembro. A dívida caiu de R\$ 926,68 bilhões para R\$ 924,44 bilhões, ficando abaixo da meta indicativa acertada com o FMI, de R\$ 992,924 bilhões.